



Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Franca

IRECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM 14/10/1943

BASE TERRITORIAL:

Municípios de Franca, Allinópolis, Araminas, Batatais, Brodósqui, Buritizal, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jardinópolis, Jaquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Ríaima, São Joaquim e São José da Bela Vista

SEDE PRÓPRIA: Rua Cavaleiro Petráglio, 458 - CEP 14405-327 - Fone (16) 3723-9510 - FRANCA-SP
E-mail: sindmoto@francanet.com.br

RELAÇÕES SINDICAIS

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA- MENSALIDADE ASSOCIATIVA

A Empresa se compromete a repassar ao Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Franca e Região os descontos referentes às mensalidades dos associados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao seu desconto em folha.

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação do presente Acordo, ficará subordinado ao Artigo 615 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – RESCISÃO DE CONTRATO

Nos termos do art. 477, §1º, da CLT, as homologações das rescisões de contrato de trabalho, havendo o empregado prestado mais de 12 (doze) meses de serviços, serão efetuadas no prazo de até 10 (dez) dias após o desligamento, preferencialmente no Sindicato da categoria profissional.

Parágrafo Primeiro: O prazo de homologação poderá ser prorrogado, até que sejam atendidas as condições para a realização da homologação, independente do motivo alegado.

Parágrafo Segundo – Não será devida nenhuma multa pela empresa, até que se atendam as condições para a realização da homologação, desde que comprovado o pagamento das verbas rescisórias no prazo legal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – PARCELAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

Conforme destacado preliminarmente, a pandemia causada pelo COVID-19 impactou abruptamente todos os setores da sociedade, em especial, o de transporte público, no qual está inserido a empregadora, ante as medidas de restrição e isolamento social. Neste novo cenário, a redução do quadro de colaboradores da empregadora torna-se necessária, ante a forte redução da demanda de passageiros.

Parágrafo Primeiro - Para o melhor enfrentamento dos possíveis desligamentos e a quitação integral dos haveres rescisórios, acordam as partes, para os colaboradores eventualmente dispensados no período de maio à dezembro de 2020, o pagamento, por parte da empregadora e de forma parcelada e sem a necessidade de anuência individual, de todos os haveres rescisórios, neles inseridos o saldo líquido descrito no TRCT e a multa fundiária, quando devida.

Parágrafo Segundo – O parcelamento respeitará o prazo máximo de 24 (vinte quatro) meses para pagamento, obedecido o valor mínimo de parcela de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e com a inclusão obrigatória da multa prevista no §8º, do art. 477 da CLT. As parcelas serão pagas